

RELATÓRIO



15ª

Conferência Regional
da **Assistência Social**
de **Aricanduva**
04/08/2023



Ricardo Nunes
Prefeito da Cidade de São Paulo

Carlos Bezerra Jr.
Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social

Décio Matos
Secretário Adjunto de Assistência e Desenvolvimento Social

Ciça Santos
Chefe de Gabinete da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Chefe da Assessoria Técnica

Regina Alves Ribeiro
Coordenadora da Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Vanessa Helvécio
Coordenadora da Proteção Social Especial

Sylmara Andreoni Vettorello Ramires
Coordenadora da Proteção Social Básica

Carolina Nakagawa
Coordenadora do Observatório da Vigilância Socioassistencial

Luiz Fernando Francisquini
Coordenador da Gestão de Benefícios

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Presidente

Marcelo Panico
Vice-presidente

Adriana Ferreira
1ª Secretária

Priscila Pereira Alves Scharth Gomes
2ª Secretária

Josefa Alves Amorim
Secretária Executiva

Márcia de Souza Gonçalves
Max Nicola Gonçalves Lúcio
Marcela Luchetta Bressani
Gessiane Sayuri Nogueira Kudo
Equipe Técnica da Secretaria Executiva

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Segmento dos Trabalhadores do setor

Titulares:

Cleuma Maria dos Santos Moraes

Karen Sales Correa Stein

Solange Cristina Castro Sampaio

Suplentes:

Catia de Oliveira Borges

Darlene Terzi Dos Anjos Afonso Cazarini

Flávia Maria de Moura Reis

Segmento dos Usuários da Assistência Social

Titulares:

Ana Carolina Da Silva Mandetta

Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas

Thalita De Matos Miranda

Suplentes:

Camila Souza do Nascimento

Elaine Pereira Leão

Fernanda Rocha De São Severo

Segmento das Entidades e Organizações de Assistência Social

Titulares:

Adriana Ferreira

Marcelo Panico

Tania Araújo dos Anjos

Suplentes:

Patrícia Alves Costa

Regina Conceição da Paixão Gomes

Sergio Luiz Mendes dos Santos

CONSELHEIROS DO PODER PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMADS

Titulares:

Gustavo Felicio Ferreira Pinto

Priscila Pereira Alves Scharth Gomes

Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz

Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Suplentes:

Fátima de Nóbrega Lednik

Marta Damaceno

Isabela Calil Quintino
Rosana Chaves Azevedo

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS

Titular: Fabio Henrique Salles
Suplente: Suelen Karen Da Silva Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME

Titular: Gláucia Cristine Silva Burckler
Suplente: Taíze Grotto de Oliveira

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM

Titular: José Carlos Damasceno
Suplente: Eduardo dos Anjos Barboza

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SMPED

Titular: Severina Eudoxia da Silva
Suplente: Carolina Custódio Pereira dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

Titular: Isabella Soares dos Santos
Suplente: Kauã Sabino Condenso

**MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA CENTRAL DA 15ª
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Conselheiros da Sociedade Civil: Adriana Ferreira, Camila Souza do Nascimento, Cleuma Maria dos Santos Moraes, Elaine Pereira Leão, Flávia Maria de Moura Reis, Marcelo Panico, Regina Conceição da Paixão, Solange Cristina Castro Sampaio, Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas, Thalita de Matos Miranda.

Conselheiros do Poder Público: Bruna Eloísa Iarossi Xavier Cruz, Fábio Henrique Salles, Gustavo Felício Ferreira Pinto, Isabella Calil Quintino, Priscila Pereira Alves Scharf Gomes, Rosana Chaves Azevedo, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Representantes da SMADS: Vanessa Helvécio, Cristiane Leonora

Representantes do CMDCA: Fábio Henrique Salles, Laura Rodrigues

Representantes do FAS: Henrique Toshio Yasuda da Silva, Patrícia Rodrigues

Representantes do Comitê Pop Rua: Robson César Correia de Mendonça, Roseli Kraemer Esquillaro

Representantes das SAS (Macrorregiões): Adriana Rezende da Silva Telles, Bruna Carolina Monteiro Dal Fabbro, Cássia Aparecida Travensolo, Cleide Leonel Amaro Mendes, Mauro Pereira da Silva, Marta Damaceno, Rita de Cássia Fernanda da Silva, Rosa Maria Tome Telis.

COMISSÃO REGIONAL – ARICANDUVA

Gestão

Titular: Cassia Beatris Vaccarelli Costa

Suplente: Fabiana de Almeida Lima

Trabalhadores(as)

Titular: Flavio Luiz da Costa

Titular: Adelson Ferreira Lima

Suplente: Silmara Dias Silva

Suplente: Helena da Silva Marciano Araújo

Suplente: Silvia Carrias Rodrigues

Suplente: Eliane Vieira de Albuquerque

Suplente: Janete Siqueira Fernandes

Entidades/ Organizações

Titular: Sheila de Souza Cunha

Suplente: Raquel Brasil

Usuários

Titular: Caio Filipe Valeiro

Suplente: Ciro Souza de Albuquerque

Suplente: Rita Donato da Silva

ASSESSORIA

INSTITUTO POTENCIAL - PROJETOS SOCIAIS

Indiana Del-Fré Ludviger

Supervisão

Marly Pulini

Coordenação Técnica

Valéria A. Escudeiro Giovannetti

Coordenação da Metodologia

Elaine Apda Macena Batista Ramos

Coordenação da Sistematização

Ana Cristina de Souza

Ana Paula Monteiro Leite

Assistentes Técnicas

EQUIPE DA CONFERÊNCIA REGIONAL

NÚCLEO DE APOIO

Supervisora: Elaine Apda Macena Batista Ramos

Assistente e Apoio à Mesa: Cássia Goreti da Silva

Líder do Apoio: Regina Cândida Bela Conceição

MEDIADORES - RELATORES - APOIOS

Alessandra Petille

Barbara Kantorowicz Buck

Flávia da Costa Ventura

Itainã Cavalcante de Jesus

Liane Bittencourt

Liliana Mantoni

Márcia Cassiano Rosa

Mariane Oliveira da Silva

Sabrina Valverde Silva Pedrosa

Talita Aparecida de Oliveira

Vitória Cuba Dias

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
1.METODOLOGIA PARA O PROCESSO CONFERENCIAL.....	9
2. CONFERÊNCIA REGIONAL DA ARICANDUVA	12
2.1. ABRANGÊNCIA	12
2.2 PROGRAMAMAÇÃO	13
2.3. PLENÁRIA INICIAL	14
2.3.1. MESA DE ABERTURA	14
2.4. REGIMENTO INTERNO	14
2.5. PALESTRA E DAGNOSTICO REGIONAL	21
2.5.1. PALESTRA	21
2.5.2. DIAGNOSTICO REGIONAL.....	21
2.6.TRABALHO NOS GRUPOS	22
2.6.1. 1ºMOMENTO - ESCALOMETRO.....	25
2.6.2. 2º MOMENTO - NOVAS PROPOSTAS	25
2.7. PLENÁRIA FINAL	34
2.7.1. PROPOSTAS REFERENDADAS.....	34
2.7.2. MOÇÕES	40
2.7.3. DELEGADOS ELEITOS.....	40
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41

APRESENTAÇÃO

15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: “RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS”

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS/SP), por meio da Resolução COMAS/SP nº 1964 de 21 de março de 2023, publicada em 22 de março de 2023, trata do lançamento e da normatização da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo. Além disso, por meio da Resolução nº 1965/2023, foi estabelecida a Comissão Organizadora Central (COC), com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Essa ação atendeu ao chamado do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 90 de 21/12/2022, que convocou a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social.

São Paulo, com seu pioneirismo de luta e organização social através dos movimentos sociais, intelectuais e estudiosos das Universidades, foi a primeira cidade do país a realizar Conferência de Assistência Social como forma de participação popular e instituir o controle social que a Constituição Federal de 1988 preconiza. Sendo assim, São Paulo neste ano de 2023 chamou a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.

Ressalta-se o empenho da SAS Aricanduva em mobilizar os vários segmentos da sociedade, incluindo usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, lideranças das OSCs e gestores, para que esta Conferência Regional pudesse acontecer como instrumento do Estado democrático de direito, dando voz a todos os agentes da sociedade envolvidos com a Política de Assistência Social no território, com proposições a qualificação do SUAS de forma a garantir a luta pela igualdade e equidade social.

“RECONSTRUÇÃO do SUAS...” POR QUÊ?

As Conferências de 2023 vêm como resposta ao dismantelamento que o governo dos últimos 6 anos proporcionou em suas organizações democráticas, desarticulando e descapitalizando as Políticas Públicas. Isso resultou em um estado de abandono especialmente da Política de Assistência Social e, conseqüentemente, no aumento das desigualdades e vulnerabilidade social entre a população atendida pelos serviços, programas e projetos. Com os cortes no orçamento público para a Política de Assistência Social, o esvaziamento do SUAS foi um processo natural do Estado abandonando sua função pública de garantir a proteção social e os direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros(as). Os defensores dos direitos sociais, através do controle social, fortalecido pelos usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, dirigentes e servidores de Organizações da Sociedade Civil - OSC, gestores e governantes democráticos, nunca abriram mão de suas responsabilidades públicas e compromissos para preservar o Sistema Único de Assistência Social como um recurso público indispensável para a inclusão e proteção social. Devido a esse contexto e à

pandemia de Covid-19, que exigiu da Política de Assistência Social ações que ultrapassaram seu escopo de atuação, a "Reconstrução do SUAS" se tornou uma necessidade urgente.

Para a organização metodológica do processo conferencial da 15ª Conferência Municipal, o COMAS, por meio da COC, em conjunto com a SMADS, contratou a organização social Instituto Potencial – Projetos Sociais, conforme as especificações e condições estabelecidas no Contrato nº 53/SMADS/2023, Processo Administrativo SEI – 6024.2023/0006695-0. A organização logística e de infraestrutura ficou a cargo da empresa SAD, responsável pelo trabalho operacional, comunicação visual e registro do processo conferencial.

Cumprindo as orientações do CNAS por meio de seus Instrumentais, especialmente o Informe nº 03 - Orientações Temáticas e Organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social 2023, e suas indicações argumentativas e temáticas, o lema para as Conferências em 2023 foi definido como base de sustentação da Política Nacional de Assistência Social e do II Plano Decenal 2016 – 2026: "Proteção Social para todos/as os brasileiros/as".

“ASSISTÊNCIA SOCIAL É DIREITO INALIENÁVEL DO CIDADÃO E DEVER INTRANSFERÍVEL DO ESTADO”

Para aprofundar a temática proposta e efetivar o debate, com o objetivo de avaliar, propor e deliberar, a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, assim como as 32 Conferências Regionais versam sobre o tema **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o Suas que queremos.”**, e cinco eixos temáticos, conforme o Informe nº 03 (CNAS):

Eixo 1 - Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória como instrumento para uma gestão comprometida e responsável dos entes federativos na garantia dos direitos socioassistenciais, considerando as especificidades regionais do país.

Eixo 2 - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

Eixo 3 - Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

Eixo 4 - Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta de serviços e direitos no SUAS.

Eixo 5 - Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

1. METODOLOGIA PARA O PROCESSO CONFERÊNCIA

Com o objetivo de assegurar a participação ativa e o controle social dos conferencistas, o Instituto Potencial- Projetos Sociais desenvolveu uma metodologia, aprovada pelo COMAS-SP e COC. Esta metodologia foi construída com base na sugestão da minuta do Regimento Interno, assim como na formulação

da metodologia a ser aplicada nos grupos temáticos e na Plenária Final. Quanto a divisão nos grupos temáticos, no momento de sua inscrição, os conferencistas escolhiam o Eixo que gostariam de dialogar e participar. No momento do credenciamento, cada participante recebia uma pulseira colorida que indicava o referido eixo temático escolhido conforme aponta a tabela abaixo:

Eixo 1 Financiamento	Eixo 2 Controle Social	Eixo 3 Articulação entre segmentos	Eixo 4 Serviços, Programas e Projetos	Eixo 5 Benefício e transferência de renda
Vermelha	Azul	Verde	Laranja	Lilás

Os segmentos partícipes dessa Conferência eram identificados por uma etiqueta auto adesiva colorida (Vermelha: usuários, Amarela: Trabalhadores, Prata: dirigentes de OSC, Dourado: Gestão do Poder Público), para que os mesmos pudessem se reconhecer como grupo e assim debaterem sobre as propostas mais significativas para cada segmento.

Para a realização da Conferência Regional da Aricanduva, o Instituto Potencial - Projetos Sociais mobilizou uma equipe composta por 14 profissionais, incluindo supervisor, assistente, líderes de plenária, equipe de apoio ao credenciamento, auxiliares nas plenárias, relatores de plenária e de grupos, bem como mediadores de grupos.

O trabalho realizado nos grupos temáticos, respeitou os cinco eixos, empregando a dinâmica do "Escalômetro" para avaliar as deliberações regionais da Conferência de 2021. O instrumental foi apresentado aos conferencistas e eles avaliaram e votaram para determinar se cada proposta foi totalmente atendida (cor verde), parcialmente atendida (cor amarela) ou não atendida (cor vermelha), além do registro do número de votos em cada escala (vide instrumental).

O segundo momento da dinâmica concentrou-se nas novas propostas, originadas a partir das reflexões sobre cada Eixo:

- Eixo 1** – Financiamento.
- Eixo 2** – Controle Social.
- Eixo 3** – Articulação entre segmentos
- Eixo 4** – Serviços, Programas e Projetos.
- Eixo 5** – Benefício e transferência de renda.

Eixo 1 – Financiamento – Questões:

- Como é, e como se realiza o planejamento orçamentário da Política de Assistência Social – é transparente, com controle social?
- Como se dá o compartilhamento de investimentos entre entes federativos: municipal, estadual e federal – Financiamento e Cofinanciamento?
- Como está o financiamento para a execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no SUAS?

- Há recursos para outras demandas que possam surgir no campo socioassistencial nos territórios?

Eixo 2 – Controle Social – Questões:

- Como a participação social está acontecendo na sua função de controle social para garantir o espaço democrático entre sociedade civil e gestão governamental?
- Como está a participação social no acompanhamento das ações para implementar e executar o SUAS?
- A relação governo-trabalhadoras/es-usuárias/os e OSC no Controle Social do SUAS está ocorrendo?
- Como estão as condições de trabalho no SUAS?
- Há formação permanente sobre controle social e para a efetiva profissionalização do SUAS. O Conselho de Assistência Social tem tido formação permanente?

Eixo 3 – Articulação entre segmentos – Questões:

- Há estratégias intersetoriais de integração entre as diversas secretarias garantindo a participação social e proteção social integral dos usuários e usuárias para plena cidadania?
- Há estratégias de articulação para as garantias de direitos e a promoção da equidade social?
- Tem-se garantido atendimento qualificado e emancipatório às/os usuárias/os da Assistência Social?
- Os equipamentos da assistência social estão em condições dignas para executar a atenção e proteção social?
- Há melhoria nas relações de trabalho, sem precarização e assédio moral?
- Há qualificação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras com a humanização das relações de trabalho?
- Há acessibilidade nos serviços da Assistência Social – pessoa com deficiência, LGBTQIA+, territórios de maior vulnerabilidade são atendidos em sua completude?

Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos – Questões:

- Há garantia de Proteção Social Básica e Especial em todos os territórios vulneráveis?
- Como estão as garantias dos marcadores sociais na atenção socioassistencial do SUAS: pessoas em situação de rua, refugiadas/os, migrantes, população LGBTQIAPN+, pessoas e famílias vítimas de violência, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, Povos originários e Comunidades Tradicionais, crianças e adolescentes, jovens...
- Os contextos de calamidade pública e emergências estão marcados e há preparo para a atenção socioassistencial?
- Como se dá a intersecção com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?

- O Prontuário SUAS e sua atualização está implantado com a utilização nos sistemas da rede SUAS?
- A Vigilância Socioassistencial está garantida em todos os territórios?

Eixo 5 – Benefício e Transferência de Renda – Questões:

- Como avaliam os benefícios estáveis e/ou continuados, benefícios eventuais e outras transferências.
- Indicar parâmetros de valores a serem praticados adotando como referência o salário-mínimo.
- Articulação entre INSS e os CRAS para operacionalização do BPC.
- Na prática profissional há o incentivo à autonomia dos beneficiários?
- Há regulamentação dos critérios de concessão de benefícios eventuais no município e articulação entre outras políticas: educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar, previdência social.
- Como se dá a utilização do CadÚnico para fomentar as ações cotidianas?
- Há qualificação das práticas, considerando as diversas maneiras e definições dos indivíduos, como gênero, etnia, raça, localização geográfica, faixa etária, entre outros, geradores de desigualdades e pobreza?

2. CONFERÊNCIA REGIONAL DE ARICANDUVA

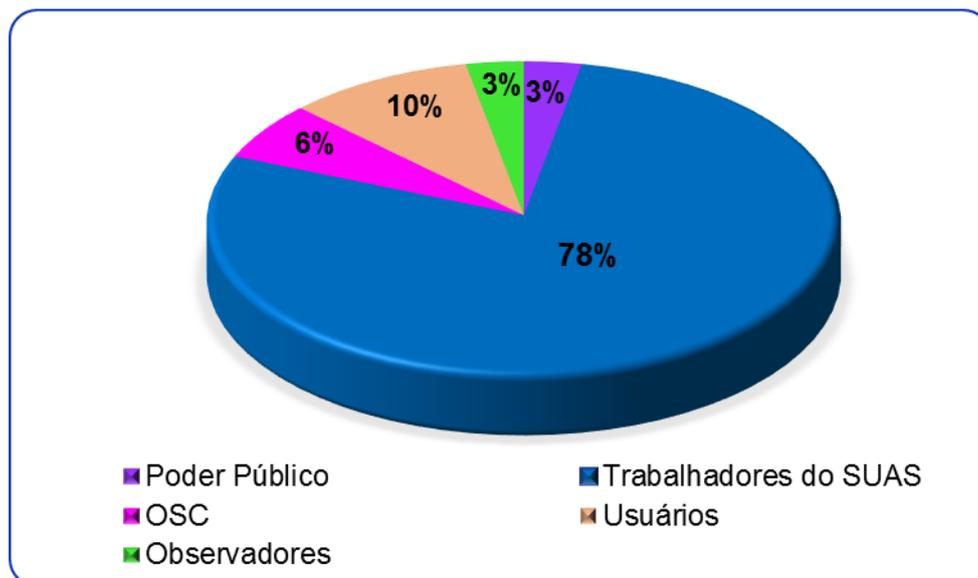
2.1. ABRANGÊNCIA

A Conferência Regional de Aricanduva aconteceu no dia 04 de agosto de 2023, no CEDESP – CENLEP Av. Regente Feijó 1500 Água Rasa. Contou com o credenciamento de 133 pessoas, conforme demonstra tabela abaixo:

Previsão	Inscritos	Credenciados
100	100	133

Os credenciados representaram os segmentos estabelecidos nas normatizações específicas estabelecidas, conforme aponta o quadro e o gráfico abaixo, sendo importante salientar que o segmento “Trabalhadores” ocupou 78% do conjunto dos segmentos representados.

Poder Público	Trabalhadores do SUAS	OSC	Usuários	Observadores	Total
04	104	08	13	04	133



2.2. PROGRAMAÇÃO

A programação apresentada foi a realizada, conforme dinâmica dos participantes e necessidades de discussão e debates sobre o tema e eixos temáticos propostos.

Programação da Conferência Regional de Aricanduva

08h às 9h	Recepção e Credenciamento;
09h35	Mesa de Abertura;
09h55	Apresentação do diagnóstico territorial;
10h30	Palestra;
11h10	Mesa de Trabalhos;
11h20	Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional;
12h30	Intervalo para almoço;
15h00	Prazo final para entrega das moções;
16h30	Início da Plenária: apresentação das propostas referendadas nos grupos;
16h35	Leitura da moção para aprovação ou rejeição da plenária;
16h40	Leitura das propostas para apreciação, aprovação e/ou rejeição em plenária, referendadas nos grupos por eixo;
17h20	Eleição dos/as Delegados/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;
17h40	Encerramento.

2.3. PLENÁRIA INICIAL

2.3.1. Mesa de abertura

- Adelson Ferreira - Representante trabalhadores do SUAS
- Ciro Albuquerque - Representante dos usuários
- Cassia Vaccarelli - Supervisora da SAS AF (Aricanduva, Formosa e Carrão)
- Isabela Calil Quintino - Representante do COMAS
- Camila Souza do Nascimento - Representante do COMAS
- Thalita de Matos Miranda - Representante do COMAS
- Marcio Tavares da Silva - Chefe de Gabinete, representando o subprefeito de Aricanduva

Após a composição da mesa, todos e todas presentes fizeram uma breve fala sobre a importância do momento conferencial, dando boas-vindas.

2.4. REGIMENTO INTERNO

Para leitura e aprovação do Regimento Interno, a mesa para o desenvolvimento dos trabalhos foi assim composta:

- Adelson Ferreira - Representante trabalhadores do SUAS/OSC
- Ciro Albuquerque - Representante dos usuários
- Cassia Vaccarelli - Supervisora da SAS AF (Aricanduva, Formosa e Carrão)
- Fabiana de A. Lima - Coordenadora do CREAS
- Isabela Calil Quintino - Representante do COMAS
- Camila Souza do Nascimento - Representante do COMAS
- Thalita de Matos Miranda - Representante do COMAS

Nº	Destaques	Alterações
01	Art. 6º	Redação – tempo verbal
02	Art. 7º	Acrescentar - IX- Estagiários
03	Art. 7º§ 1º	Os constantes nos incisos VI ao IX serão considerados observadores, somente com direito à voz.
04	Art. 7º§ 4º	Ajuste de redação
05	Art. 8º	“até a aprovação do Regimento Interno”
06	Art. 8º§ 2º	“Na primeira lista do credenciamento”
07	Art. 9º	Ajuste na programação

08	Art. 10º Parágrafo Único	Os temas dos eixos 2 e 3 serão trabalhados em um mesmo grupo, sendo as propostas apresentadas por eixo.
09	Art. 11	Ajuste no texto
10	Art. 14	Ajuste no texto e acréscimo dos § 1º e § 2º
11	Art. 16 - Item I	Acrescentar “Gestão do Poder Público”
12	Art. 16 - Item II	Supressão do item.

15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - Da Organização

Art.1º. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva terá caráter deliberativo em seu âmbito e propositivo no âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Será realizada conforme normativas do COMAS-SP.

Art. 3º. A Comissão Organizadora Regional é responsável pela sua infraestrutura e organização, em todas as etapas da conferência regional, conforme previsto em Resolução específica do COMAS-SP, sendo acompanhada e subsidiada pela Comissão Organizadora Central - COC.

Art. 4º. A Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva será realizada no âmbito da SAS – Supervisão de Assistência Social.

Art. 5º. A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva será composta por:

- I - Dois Coordenadores (Comissão Regional),
- II – Até dois representantes indicados e aprovados pelo COMAS/SP;
- III - Um representante da SAS;
- IV – Dois representantes da Sociedade Civil, sendo um do segmento dos trabalhadores e um do segmento dos usuários.

§ 1º. A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do Conselheiro do COMAS/SP, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º. Cabe ao Coordenador:

- I - Dar início aos trabalhos;
- II - Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenária;
- III - Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º. Cabe ao Mediador:

- I - Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno;
- II - Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

§ 4º. A Mesa de Trabalho contou com o apoio da Assessoria Contratada nos trabalhos da Plenária.

Art. 6º. A Comissão Organizadora Regional de Aricanduva, constituída, se possível, de forma paritária através de Assembleia Regional no âmbito da região da SAS, foi homologada pelo COMAS-SP através de resolução publicada em diário oficial, após envio de documentação.

Parágrafo Único. A Comissão Regional é de coordenação paritária constituída por 1(um) representante da Sociedade Civil e 1(um) representante do Poder Público, sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando-se a paridade.

Art. 7º. Serão participantes da 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva:

- I - Conselheiro (as) Municipais de Assistência Social de São Paulo;
- II - Representantes de gestão do Poder Público;
- III - Representantes de Organizações Sociais da Sociedade Civil.
- IV - Trabalhadores(as) do SUAS, da rede estatal e não estatal, e organização de trabalhadores(a)s;
- V - Usuário(as) ou Organização de Usuário(as);
- VI - Representantes de Fóruns Regionais, Municipais, Estaduais e Nacional;
- VII - Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias;
- VIII - Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;
- IX - Estagiários.

§ 1º. Os participantes indicados nos incisos VI ao IX serão considerados observadores, somente com direito à voz.

§ 2º. Os participantes da 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

§ 3º. A identificação dos participantes será por meio de lista de presença ou identificação *on-line*, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central e específica por Segmentos: Entidades, Usuários, Trabalhadores e Poder Público, bem como Observadores e Convidados, dentre outros.

§ 4º. Participarão na eleição dos/as Delegados/as da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, a realizar-se nos dias 23, 24 e 25 de agosto, os segmentos previstos em Resolução específica do COMAS/SP.

Art. 8º. Na 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva, o credenciamento será presencial, até aprovação do regimento interno, e será realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença, com a escolha de vagas por grupo até o limite de vagas por Eixo (50 por grupo).

§1º. Ficam estabelecidas duas listas de presença, sendo: a primeira ao final do credenciamento com o número de pessoas inscritas e a segunda ao final dos trabalhos em grupo com o número efetivo de participantes.

§2º. O número de participantes na primeira lista do credenciamento será o indicativo para a eleição de Delegados/as e suplentes para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

CAPÍTULO II - Da Programação

Art. 9º. A Conferência Regional terá a seguinte programação:

08h - Recepção

Credenciamento: início: 08h – término: 11h45 (horário de aprovação do regimento interno)

9h30 - Mesa de Abertura

09h55 - Apresentação do Diagnóstico socioterritorial

10h30 - Palestra

11h10 - Mesa de Regimento Interno

11h20 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional;

12h30 - Intervalo para almoço

13h30 - Trabalho em grupos por eixos

15h - Prazo final para entrega das moções para mesa coordenadora

15h - Início da Plenária: apresentação das propostas referendadas nos grupos, apreciação, aprovação e/ou rejeição;

17h - Eleição dos/as Delegados/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;

18h - Encerramento.

CAPÍTULO III - Da Temática

Art. 10. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva terá como tema: "RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS"

§ 1º. Na Conferência Regional no âmbito das SAS e da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, serão debatidos os 5 Eixos:

I - EIXO 1: FINANCIAMENTO: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país;

II - EIXO 2: CONTROLE SOCIAL: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas;

III - EIXO 3: ARTICULAÇÃO ENTRE SEGMENTOS: Como potencializar a participação social no SUAS?

a) Os temas dos eixos 2 e 3 serão trabalhados em um mesmo grupo, sendo as propostas apresentadas por eixo.

IV - EIXO 4: SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS; e

V - EIXO 5: BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

CAPÍTULO IV - Dos Grupos

Art. 11. Nos grupos os participantes decidirão se serão divididos em subgrupos ou não, respeitando os eixos, utilizando a metodologia definida para o processo conferencial.

§ 1º. Cada grupo terá um Mediador e um Relator disponibilizados pelo Instituto Potencial-Projetos Sociais responsável pela metodologia.

§ 2º. Cabe ao Mediador do Grupo:

I - Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Eixo;

III - Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que todas as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V - Controlar o tempo.

§ 3º. Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas de deliberação do grupo em instrumental próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e à Plenária;

III - Havendo mais de um Grupo Temático do mesmo Eixo, cabe aos relatores desses grupos a sistematização prévia das propostas, com a indicação do total de votos recebidos em cada uma delas e a apresentação do resultado à equipe responsável pela sistematização final, que apresentará a mesa coordenadora e à Plenária.

Art. 12. Os Grupos deverão deliberar em seu Grupo Temático as propostas que serão apresentadas à Plenária da Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva. Após a aprovação, o Instituto Potencial - Projetos Sociais deverá sistematizar as deliberações para subsidiar a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

§ 1º- Cada grupo de trabalho apresentará na plenária da Conferência Regional até 5 (cinco) propostas para a regional, até 5 (cinco) propostas para o município, até 2 (duas) propostas para o Estado e até 02 (duas) propostas para o Federal,

§ 2º Se houver mais de um grupo da mesma temática, as propostas elaboradas serão sistematizadas pelo Mediador, Relator e representante eleito pelo grupo das salas.

CAPÍTULO V - Da Plenária Final

Art. 13. As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início da Plenária de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa.

§ 1º. As moções deverão ser assinadas por pelo menos 10% dos participantes constantes na segunda lista de presença.

§ 2º. Nos casos em que a Plenária não se sentir esclarecida sobre o teor da Moção será concedido ao autor 02 minutos para esclarecimentos.

Art. 14. No que se refere às intervenções:

I - Os conferencistas poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados durante a leitura, esclarecimentos e questão de ordem, verbalmente no máximo em 2 (dois) minutos, ou por escrito.

II - Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

III - Somente serão concedidas no máximo duas defesas mediante consulta à Plenária.

IV - A Mesa poderá abrir busca de consenso entre os proponentes, caso seja autorizada pela Plenária.

V - A assessoria contratada garantirá apoio técnico na Plenária da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos e organização da eleição e referendo dos/as Delegados/as, sob coordenação da Comissão Organizadora Regional.

§ 1º. Durante a plenária as propostas referendadas nos grupos serão apresentadas para apreciação, aprovação ou rejeição.

§ 2º. Propostas sem destaque serão consideradas aprovadas.

Art. 15. O Relator de cada grupo apresentará a proposta e entregará para a mesa coordenadora os “formulários padrão” preenchidos durante a discussão dos grupos.

Parágrafo Único. Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, o Instituto Potencial-Projetos Sociais será responsável pelo recolhimento das listas de presença, instrumentais preenchidos pela Comissão e pelos grupos, o regimento aprovado pela Plenária, moções e avaliação dos participantes.

CAPÍTULO VI – Dos/as Delegados/as

Art. 16. Critério de escolha dos/as Delegados/as Titulares/Suplentes e Observadores/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

§ 1º. Os/As delegados/as à 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos/as Delegados/as na Conferência Regional.

§ 2º. Deverão ser eleitos/as Delegados/as e observadores/as da Sociedade Civil para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, garantindo prioritariamente:

I - Na representação dos Segmentos de Entidades, Trabalhadores ~~(não-estatais)~~ e, Usuários e Gestão do Poder Público serão eleitos:

a) Delegados/as titulares, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) Delegado/a eleito/a para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional;

b) Delegados/as suplentes, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) Delegado/a eleito/a para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional;

II - Observadores - até o máximo de 05 (cinco) por Conferência Regional, os quais terão direito a voz na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;

III - A composição da delegação para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo será acrescida de 36 (trinta e seis) Conselheiros (as) do COMAS-SP - sendo 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes da sociedade civil e 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes do Poder Público, os quais participarão da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, na condição de Delegados/as natos/as, desde que participem integralmente do processo (Plenária e Grupos) e com referendo da Plenária Final, em pelo menos 03 (três) das 32 Conferências Regionais seguindo as orientações da Comissão Organizadora Central;

Parágrafo Único. A empresa de infraestrutura contratada deverá entrar em contato com os delegados (as) suplentes que substituirão os delegados(as) titulares que não tiverem realizado inscrição até 17/08/2023 e realizarão sua inscrição para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

V - Caso uma região não atinja o número necessário de Delegados/as, não poderá ser complementado por representantes de outra região, tendo em vista a representatividade regional;

VI - Serão considerados/as eleitos/as os/as candidatos/as que obtiverem maior número de votos dos/as participantes, em pleito realizado em Plenária.

§ 1º. Os/As Delegados/as Titulares e Suplentes deverão ser apresentados/as pela 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva para referendo final da Plenária Final.

§ 2º. Os/As Delegados/as eleitos/as, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados/as, sendo indicado o/a suplente conforme a ordem decrescente de votos.

VII - Instituto Potencial-Projetos Sociais ficará responsável, juntamente com a Comissão Organizadora Regional, pela elaboração da listagem nominal dos/as Delegados/as titulares, suplentes e observadores/as, referente à 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva em conjunto com o representante do COMAS-SP moderador da Conferência Regional *ad referendum* da Plenária.

São Paulo, 04 de agosto de 2023.

Plenária da 15ª Conferência Regional de Assistência Social de Aricanduva.

2.5 PALESTRA E DIAGNÓSTICO REGIONAL

2.5.1. Palestra

A palestra foi proferida por Rosana Ferraiuolo, Assistente Social, pós-graduada em Gestão de Pessoas, Educação Corporativa, Gestão do Terceiro Setor MBA. Ele abordou o tema central da conferência, que era "RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS". Durante sua apresentação, o palestrante ofereceu insights sobre o território em questão e as dificuldades enfrentadas após um período de desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essas considerações forneceram um contexto fundamental para o tópico central da conferência.

Além disso, Rosana Ferraiuolo discutiu os cinco Eixos Temáticos que foram essenciais para orientar as discussões e trabalhos dos grupos temáticos durante a conferência.

Esses eixos temáticos desempenharam um papel crucial na formulação das propostas e nas discussões realizadas ao longo do evento.

2.5.2. Diagnóstico Regional

O Diagnóstico Regional foi apresentado pela Sra. Priscila de Souza do Observatório de Vigilância Social - COVS-SMADS. Ela ofereceu aos presentes uma análise embasada em indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais, segmentados por diferentes grupos, incluindo crianças, adolescentes, jovens, idosos, famílias, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e vítimas de violência na Região do Aricanduva. A Sra. Priscila apresentou essa realidade por meio de dados numéricos e gráficos, evidenciando como as demandas na região aumentaram durante o período de tentativa de desmonte do SUAS.

A Vigilância Socioassistencial desempenha um papel fundamental na efetivação da Política de Assistência Social. Ela é realizada por meio de pesquisas, produção, sistematização e análise de dados com o objetivo de subsidiar e construir diagnósticos para a implementação da Política de Assistência Social em áreas mais vulneráveis. Essa abordagem é crucial para entender as necessidades da comunidade e orientar a tomada de decisões eficazes.

A Sra. Priscila também destacou a importância do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, estabelecido em 2005, que define a organização da Política Nacional de Assistência Social e suas funções principais: Proteção Social, Defesa Social e Vigilância Socioassistencial. O Diagnóstico Regional/Socioterritorial da cidade de São Paulo, abrangendo suas 32 regiões administrativas, é uma ferramenta essencial para compreender e abordar as necessidades específicas de cada localidade.

2.6. TRABALHO NOS GRUPOS

Conforme definido na programação e durante o processo de credenciamento, os conferencistas foram encaminhados para grupos de trabalho, os quais foram subdivididos de acordo com os Eixos Temáticos. Essa atividade foi planejada para ocorrer em dois momentos distintos: o primeiro consistiu na revisão das deliberações da Conferência de 2021, o segundo momento o início dos trabalhos e das discussões das propostas da Conferência de 2023.

Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	TOTAL
13	22	24	51	19	129

A atividade de trabalho em grupos por Eixos Temáticos foi planejada para acontecer em dois momentos, conforme apresentamos o resultado abaixo:

2.6.1. 1º Momento: Escalômetro Conferir as deliberações regionais da Conferência de 2021

SÍNTESE DA VOTAÇÃO DOS 5 EIXOS

A síntese foi realizada confrontando os resultados dos cinco grupos no ato de conferir.

TOTALMENTE		PARCIALMENTE	NÃO ATENDIDO
Nº	PROPOSTAS REGIONAIS DELIBERADAS NA CONFERÊNCIA REGIONAL DE 2021	ESCALA DE CORES	
01	Previsão de orçamento e investimentos garantidos para capacitação continuada dos trabalhadores do SUAS, ou seja, através da ampliação da porcentagem do repasse do (s) imposto(s) no âmbito municipal.		
02	Ampliação do repasse de verbas para todos os serviços socioassistenciais da proteção básica e especial, objetivando-se custeio com alimentação, locação e salários, na perspectiva de alcance de impacto de ações aos usuários.		
03	Destinação de recursos para criar espaços socioassistenciais como Núcleo de Convivência para Idosos na região para aqueles(as) que detém autonomia, para socialização. Assim como a criação de ILPI na região para idosos em situação de riscos, por falta de suporte familiar e outros.		
04	Ampliar reuniões mensais com a participação de (Trabalhadores, gestores, sociedade civil, conselheiros e usuários) para esclarecimentos, encaminhamentos de demandas, desburocratizando as informações e acessos dos usuários, de forma a estimular sua autonomia e participação.		
05	Ampliar os serviços em rede com a participação de outras secretarias (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, dentre outras) para manter o interesse dos usuários e não desistirem do processo. Fazer juntamente com todas as secretárias uma forma de trazer o conhecimento dos direitos de todos os usuários gerando um novo corpo gestor.		
06	Ampliar o atendimento móvel CRAS e CREAS como exemplo dos Cats e para atender a população daquele território sem prejudicar o atendimento dos demais usuários do CRAS e CREAS.		
07	Implantar os CCINTER, CJ e também ampliação de ofertas de serviços por tipologia CCA E CEDESP para mais regiões, dando oportunidades aos usuários a terem acessos a atividades musicais, artísticas gerais, aos serviços do Suas. Com a participação das demais Secretarias de Governo, possibilitando assim a criação de mais vagas para cursos e outras atividades culturais.		

08	Ampliar reuniões mensais com a participação dos trabalhadores, gestores, sociedade civil, conselheiros e usuários para esclarecimentos, encaminhamentos de demandas, desburocratizando as informações e acessos dos usuários, de forma a estimular sua autonomia e participação. Propor encontros para os trabalhadores para melhor conhecimento, formações semestrais que incluam os diversos serviços da rede, principalmente dos que estão na básica e especial e seus níveis de complexidade.	
09	Criar conselhos nos serviços, para amplas discussões de demandas e serviços com participação de gestores, trabalhadores, usuários e acadêmicos.	
10	Implantação de serviços que garantam a proteção social de pessoas idosas e pessoas com deficiência, e que ao mesmo tempo promovam a interação intergeracional: 01 Núcleo de Convivência para Idosos (NCI) para cada distrito da SAS Aricanduva: Formosa, Carrão e Aricanduva; 01 Centro de Convivência intergeracional (CCInter); 01 Centro Dia para pessoa com Deficiência;	
11	Proporcionar espaços para troca de conhecimento entre os gerentes dos serviços de proteção social básica e proteção social especial, com o objetivo de pontuar como a concessão de benefícios eventuais e programas de transferência de renda pode ser vinculada às seguranças sociais ofertadas pelos serviços: segurança de acolhimento, segurança de convivência familiar e comunitária, e segurança de sobrevivência	
12	Ampliação de equipamentos que atendam a população idosa, pois vem aumentando gradativamente e os serviços precisam ser readequados, tanto a Proteção Básica e a Especial para poder facilitar o acesso.	
13	Reordenar e ampliar a oferta de serviços de acolhimento na perspectiva da garantia de direitos para o público LGBTQIA+	
14	Capacitar e articular os profissionais uma vez ao ano, para conhecimento dos Serviços, Benefícios e programas da rede socioassistencial.	

2.6.2. - 2º Momento – Novas Propostas para os âmbitos: Regional, Municipal, Estadual e Federal por Eixos Temáticos

Neste momento do trabalho no grupo de Eixo Temático os participantes discutiram as questões pertinentes e realizaram suas proposições que foram levadas à Plenária Final para aprovação.

A seguir a síntese de cada grupo e as respectivas propostas elaboradas:

Eixo 1 – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socio assistenciais, contemplando as especificidades regionais do país	
Participantes	16
Mediador (a)	Liane Bittencourt
Relator (a)	Itainã Cavalcante de Jesus
Horário de início	13h36
Horário de finalização	15h56

Eixo 2 – Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas	
Participantes	19
Mediador (a)	Alessandra Petille
Relator (a)	Barbara K. Buck
Horário de início	13h39
Horário de finalização	15h46

Eixo 3 – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

Participantes	34
Mediador (a)	Alessandra Petille
Relator (a)	Barbara K. Buck
Horário de início	13h39
Horário de finalização	15h46

Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS.

Participantes	40
Mediador (a)	Sabrina da Silva
Relator (a)	Mariane Oliveira
Horário de início	13h40
Horário de finalização	16h05

Eixo 5 – Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socio assistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS

Participantes	11
Mediador (a)	Márcia Cassiano Rosa
Relator (a)	Vitória Cuba Dias
Horário de início	13h46
Horário de finalização	15h37

GRUPO - EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos para ampliação e implantação de serviços no território do Aricanduva, com a implantação de CCINTER, NCI, ILPI, CDCM ,centro DIA para pessoas com deficiências.</p> <p>2. Garantir recursos para ampliação do quadro de recursos humanos, incluindo profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos (as) em todas as tipificações da Proteção Social Básica, com equiparação salarial entre os serviços da proteção básica e especial.</p> <p>3. Garantir recursos para custeio de transporte para todos os usuários SUAS e respectivos acompanhantes em todas especificidades.</p> <p>4. Garantir recursos para adequação de todos os imóveis e aquisição de mobiliários para todos os serviços socioassistenciais, com vedação de utilização da verba mensal dos serviços para esse fim.</p>	<p>1. Aumentar o orçamento municipal da Assistência Social gradualmente de 5% até 10% para manutenção da estrutura física e adequação dos serviços, ampliação de recursos humanos, melhoria dos equipamentos, internet, possibilitando maior qualidade e acessibilidade no alcance da população.</p> <p>2. Equiparar salários dos trabalhadores do SUAS, (da rede direta e indireta) e garantia de criação / implantação de plano de cargo e carreiras do funcionalismo público.</p> <p>3. Garantir o reajuste salarial de acordo com a inflação e aprovação de leis e diretrizes para o financiamento dos serviços socioassistenciais visando a isonomia dos trabalhadores, vinculado a verba estadual e federal.</p>	<p>1. Ampliação do financiamento estadual para 5% do orçamento e cumprimento do Pacto Federativo.</p>	<p>1. Revogar a Lei do Teto de Gastos (EC 95) e Descongelamento de salários dos trabalhadores do SUAS (Portaria 173/20). Recuperar o financiamento tripartite para os serviços socioassistenciais.</p> <p>2. Gestão com o Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p>

<p>4. Garantir recursos intersecretarial para atividades que propiciem o desenvolvimento integral da pessoa (cultura, esporte, lazer, educação técnica).</p>	<p>4. Garantir recursos para Horas Técnicas em todas as tipificações e Plano de Capacitação a Entidades, Trabalhadoras (es), Usuárias (os), governamentais e Controle Social (COMAS) com temas consensuados entre todos os segmentos e descentralizados do ESPASO (Espaço Público do Aprender Social).</p> <p>5. Garantir recursos para recomposição da tabela SMADS, valorização do RH e Ajuste das demais despesas, respeitando integralmente o cumprimento dos acordos coletivos dos sindicatos. Assim como equiparação de carga horária de 30 horas para todos os trabalhadores do SUAS da rede direta e indireta.</p>		
GRUPO - EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar estratégias para estimular a participação ativa dos municípios como multiplicadores das Políticas de Assistência Social.</p>	<p>1. Unificar os registros de atendimento em um único sistema acessível a todos os serviços da Assistência Social com o objetivo de identificar as demandas sociais</p>	<p>1. Criar um Comitê de articulação entre os Conselhos da Assistência Social do Estado e do Município.</p>	<p>1. Garantir 30 horas para todos os trabalhadores do SUAS com insalubridade e periculosidade NR15 e NR16 – Norma Regulamentadora CLT.</p>

<p>2. Ampliar a publicização da rede de serviços.</p> <p>3. Implantar Conselho gestor no CRAS e CREAS Aricanduva.</p>	<p>dos usuários, garantindo o sigilo sempre que necessário.</p> <p>2. Criar um mecanismo de comunicação (comerciais na TV, internet, redes sociais) para que os usuários saibam que podem participar dos Conselhos.</p> <p>3. Criar um espaço de formação permanente para usuários e trabalhadores sobre controle social.</p> <p>4. Criar um grupo estratégico que monitore as condições de trabalho nos serviços e centros de referência.</p> <p>5. Ampliar a transparência para trabalhadores e usuários sobre uso do recurso público destinado a cada equipamento.</p>		<p>2. Garantir que o Governo federal ofereça cursos de formação para Conselheiros Gestores para Assistência Social e criar uma legislação federal que fiscalize a sua implementação.</p>
---	---	--	--

GRUPO - EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Assegurar um plano de formação continuada para entidades, trabalhadores(as) e usuários(as).</p> <p>2. Implantar e fortalecer os espaços de articulação em rede nos</p>	<p>1. Criar um canal de comunicação direta e exclusivo do SUAS direcionado ao cidadão.</p> <p>2. Garantir o aumento de recursos humanos e a formação continuada para todos os trabalhadores do</p>	<p>1. Criar espaços de formação intersetorial com a presença dos diversos atores das políticas públicas e garantia de direitos, saúde, educação,</p>	<p>1. Criar uma ouvidoria para os trabalhadores do SUAS vinculado ao Ministério do Trabalho (visando melhoria nas relações de trabalho sem precarização e assédio moral).</p>

<p>territórios, tais como grupos de trabalho (GTs), Fóruns, etc.</p> <p>3. Implantar um fluxo regional de interlocução e articulação entre as políticas públicas a partir de um mapeamento e divulgação dos grupos de trabalhadores da rede.</p>	<p>SUAS da administração direta e indireta.</p> <p>3. Garantir espaço de cuidado e escuta para o trabalhador do SUAS, com acompanhamento psicoterapêutico, visando a promoção de saúde mental.</p> <p>4. Assegurar um plano de formação continuada para entidades, trabalhadores(as) e usuários(as).</p>	<p>assistência, cultura, direitos humanos e sistema judiciário.</p>	
--	--	---	--

GRUPO - EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar o acesso à informação e divulgação por meio de uma cartilha para a população sobre o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial, assim como, ampla divulgação nas mídias sociais.</p> <p>2. Fortalecer a Rede FOCAAR garantindo que esteja no plano de trabalho, e que a SAS possa auxiliar na garantia da participação e na integração entre os serviços. Garantir a ampliação das pautas na rede e que a</p>	<p>1. Criar um equipamento para atendimento ao público LGBTQIAP+ visando a garantia de direitos.</p> <p>2. Ampliar a insalubridade a toda categoria do SUAS</p> <p>3. Utilizar o prontuário eletrônico interligando todas as políticas públicas para que cada serviço tenha conhecimento e trabalhe em parceria através de dados não sigilosos.</p>	<p>1. Atualizar o prontuário do SUAS: visando a universalização do acesso aos dados (sistema) e demandas dos territórios como forma de responsabilização e planejamento estadual.</p> <p>2. Garantir que os marcadores sociais revisem e atualizem a tipificação dos serviços, com finalidade de contemplar os grupos de pessoas que não conseguem acessar</p>	<p>1. Realizar o planejamento a partir de marcadores sociais afim de criar um fundo de reserva socioassistencial federal para assistir o contexto de calamidade pública.</p>

<p>reunião possa ser para a apresentação dos serviços e não apenas para eventos anuais.</p> <p>3. Ampliar e implantar os serviços por distrito de acordo com a demanda específica. Todos por distrito: CDCM, CEDESP, CDI, ILPI, NAISPD, SPSCAVV, SASF, CJ, CCA, RI,RA, NCI e CTA.</p> <p>4. Solicitar retorno da SAS porque tais propostas regionais do ano de 2021 não foram contempladas.</p> <p>5. Ampliar os serviços móveis CRAS/CREAS</p>	<p>4. Implantar equipamentos em todos os territórios para pessoas com deficiência (NAISPD)</p> <p>5. Ampliar equipamentos de proteção básica, com a garantia de inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social (CRAS, SASF, CCA, CEDESP e NCI)</p>	<p>serviços/programas de benefícios</p>	
---	---	---	--

GRUPO - EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar a divulgação referente aos critérios de concessão dos benefícios de transferência de renda nas mídias, redes sociais, escolas etc.</p>	<p>1. Ampliar o quadro de RH dos serviços da rede socioassistencial, priorizando a contratação de Técnicos de Assistência Social e Entrevistadores Sociais, a fim de orientar e qualificar o atendimento aos beneficiários dos programas de transferência de renda.</p>	<p>1. Ampliar a rede de atendimento Bom Prato, a fim de aumentar o número de usuários atendidos.</p>	<p>1. Desburocratizar e fortalecer a articulação entre o INSS e os CRAS para melhor operacionalizar o BPC Idoso/Pessoa com deficiência.</p> <p>2. Humanizar o atendimento padrão ao Idoso e à Pessoa com deficiência nos aplicativos,</p>

	<p>2. Garantir o sigilo durante o atendimento e entrevista social para o CadÚnico através de uma estrutura de ambiente privativo.</p> <p>3. Ampliar o número de vagas disponibilizadas para inserção dos usuários no CadÚnico, diminuindo o tempo de espera para o atendimento.</p>		<p>Internet e telefone, com a proposta de atendimento presencial para estes usuários.</p>
--	---	--	---

2.7. PLENÁRIA FINAL

Composição da mesa para o desenvolvimento dos trabalhos na Plenária Final

- Adelson Ferreira - Representante trabalhadores do SUAS/OSC
- Ciro Albuquerque - Representante dos usuários
- Cassia Vaccarelli - Supervisora da SAS AF (Aricanduva, Formosa e Carrão)
- Fabiana de A. Lima - Coordenadora do CREAS
- Isabela Calil Quintino - Representante do COMAS
- Camila Souza do Nascimento - Representante do COMAS
- Thalita de Matos Miranda - Representante do COMAS

2.7.1 Propostas Referendadas

EIXO 1			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos para ampliação e implantação de serviços no território do Aricanduva, com a implantação de CCINTER, NCI, ILPI, CDCM, centro DIA para pessoas com deficiências.</p> <p>2. Garantir recursos para ampliação do quadro de recursos humanos, incluindo profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos (as) em todas as tipificações da Proteção Social Básica, com equiparação salarial entre os</p>	<p>1. Aumentar o orçamento municipal da Assistência Social gradualmente de 5% até 10% para manutenção da estrutura física e adequação dos serviços, ampliação de recursos humanos, melhoria dos equipamentos, internet, possibilitando maior qualidade e acessibilidade no alcance da população.</p> <p>2. Equiparar salários dos trabalhadores do SUAS, (da rede</p>	<p>1. Ampliação do financiamento estadual para 5% do orçamento e cumprimento do Pacto Federativo.</p>	<p>1. Revogar a Lei do Teto de Gastos (EC 95) e Descongelamento de salários dos trabalhadores do SUAS (Portaria 173/20). Recuperar o financiamento tripartite para os serviços socioassistenciais.</p> <p>2. Gestão com o Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p>

<p>serviços da proteção básica e especial.</p> <p>3. Garantir recursos para custeio de transporte para todos os usuários SUAS e respectivos acompanhantes em todas especificidades</p> <p>4. Garantir recursos para adequação de todos os imóveis e aquisição de mobiliários para todos os serviços socioassistenciais, com vedação de utilização da verba mensal dos serviços para esse fim.</p> <p>5. Garantir recursos intersecretarial para atividades que propiciem o desenvolvimento integral da pessoa (cultura, esporte, lazer, educação técnica.</p>	<p>direta e indireta) e garantia de criação / implantação de plano de cargo e carreiras do funcionalismo público.</p> <p>3. Garantir o reajuste salarial de acordo com a inflação e aprovação de leis e diretrizes para o financiamento dos serviços socioassistenciais visando a isonomia dos trabalhadores, vinculado a verba estadual e federal.</p> <p>4. Garantir recursos para Horas Técnicas em todas as tipificações e Plano de Capacitação a Entidades, Trabalhadoras (es), Usuárias (os), governamentais e Controle Social (COMAS) com temas consensuados entre todos os segmentos e descentralizados do ESPASO (Espaço Público do Aprender Social)</p> <p>5. Garantir recursos para recomposição da tabela SMADS, valorização do RH e Ajuste das demais despesas, respeitando integralmente o cumprimento dos acordos coletivos dos sindicatos. Assim como equiparação de carga horária de 30 horas para todos os trabalhadores do SUAS da rede direta e indireta.</p>		
---	---	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar estratégias para estimular a participação ativa dos munícipes como multiplicadores das Políticas de Assistência Social.</p> <p>2. Ampliar a publicização da rede de serviços.</p> <p>3, Implantar Conselho gestor no CRAS e CREAS Aricanduva.</p>	<p>1. Unificar os registros de atendimento em um único sistema acessível a todos os serviços da Assistência Social com o objetivo de identificar as demandas sociais dos usuários, garantindo o sigilo sempre que necessário.</p> <p>2. Criar um mecanismo de comunicação (comerciais na TV, internet, redes sociais) para que os usuários saibam que podem participar dos Conselhos.</p> <p>3. Criar um espaço de formação permanente para usuários e trabalhadores sobre controle social.</p> <p>4. Criar um grupo estratégico que monitore as condições de trabalho nos serviços e Ampliar a transparência para trabalhadores e usuários sobre uso do recurso público destinado a cada equipamento.centros de referência.</p>	<p>1. Criar um Comitê de articulação entre os Conselhos da Assistência Social do Estado e do Município.</p>	<p>1. Garantir 30 horas para todos os trabalhadores do SUAS com insalubridade e periculosidade NR15 e NR16 – Norma Regulamentadora CLT.</p> <p>2. Garantir que o Governo federal ofereça cursos de formação para Conselheiros Gestores para Assistência Social e criar uma legislação federal que fiscalize a sua implementação.</p>

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Assegurar um plano de formação continuada para entidades, trabalhadores(as) e usuários(as).</p> <p>2. Implantar e fortalecer os espaços de articulação em rede nos territórios, tais como grupos de trabalho (GTs), Fóruns, etc.</p> <p>3. Implantar um fluxo regional de interlocução e articulação entre as políticas públicas a partir de um mapeamento e divulgação dos grupos de trabalhadores da rede.</p>	<p>1. Criar um canal de comunicação direta e exclusivo do SUAS direcionado ao cidadão.</p> <p>2. Garantir o aumento de recursos humanos e a formação continuada para todos os trabalhadores do SUAS da administração direta e indireta.</p> <p>3. Garantir espaço de cuidado e escuta para o trabalhador do SUAS, com acompanhamento psicoterapêutico, visando a promoção de saúde mental.</p> <p>4. Assegurar um plano de formação continuada para entidades, trabalhadores(as) e usuários(as).</p>	<p>1. Criar espaços de formação intersetorial com a presença dos diversos atores das políticas públicas e garantia de direitos, saúde, educação, assistência, cultura, direitos humanos e sistema judiciário.</p>	<p>1. Criar uma ouvidoria para os trabalhadores do SUAS vinculado ao Ministério do Trabalho (visando melhoria nas relações de trabalho sem precarização e assédio moral).</p>

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar o acesso à informação e divulgação por meio de uma cartilha para a população sobre o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial,</p>	<p>1. Criar um equipamento para atendimento ao público LGBTQIAP+ visando a garantia de direitos.</p> <p>2. Ampliar a insalubridade a toda categoria do SUAS.</p>	<p>1. Atualizar o prontuário do SUAS: visando a universalização do acesso aos dados (sistema) e demandas dos territórios como forma de</p>	<p>1. Realizar o planejamento a partir de marcadores sociais a fim de criar um fundo de reserva socioassistencial federal para assistir o contexto de calamidade pública.</p>

<p>assim como, ampla divulgação nas mídias sociais.</p> <p>2. Fortalecer a Rede FOCAAR garantindo que esteja no plano de trabalho, e que a SAS possa auxiliar na garantia da participação e na integração entre os serviços. Garantir a ampliação das pautas na rede e que a reunião possa ser para a apresentação dos serviços e não apenas para eventos anuais.</p> <p>3. Ampliar e implantar os serviços por distrito de acordo com a demanda específica. Todos por distrito CDCM, CEDESP, CDI, ILPI, NAISPD, SPSCAVV, SASF, CJ, CCA, RI, RA, NCI e CTA.</p> <p>4. Solicitar retorno da SAS porque tais propostas regionais do ano de 2021 não foram contempladas.</p> <p>5. Ampliar os serviços móveis CRAS/CREAS.</p>	<p>3. Utilizar o prontuário eletrônico interligando todas as políticas públicas para que cada serviço tenha conhecimento e trabalhe em parceria através de dados não sigilosos.</p> <p>4. Implantar equipamentos em todos os territórios para pessoas com deficiência (NAISPD).</p> <p>5. Ampliar equipamentos de proteção básica, com a garantia de inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social (CRAS, SASF, CCA, CEDESP e NCI).</p>	<p>responsabilização e planejamento estadual.</p> <p>2. Garantir que os marcadores sociais revisem e atualizem a tipificação dos serviços, com finalidade de contemplar os grupos de pessoas que não conseguem acessar serviços/programas de benefícios.</p>	
--	---	--	--

EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Ampliar a divulgação referente aos critérios de concessão dos	1. Ampliar o quadro de RH dos serviços da rede socioassistencial, priorizando a contratação de	1. Ampliar a rede de atendimento Bom Prato, a fim	1. Desburocratizar e fortalecer a articulação entre o INSS e os

<p>benefícios de transferência de renda nas mídias, redes sociais, escolas etc.</p>	<p>Técnicos de Assistência Social e Entrevistadores Sociais, a fim de orientar e qualificar o atendimento aos beneficiários dos programas de transferência de renda.</p> <p>2. Garantir o sigilo durante o atendimento e entrevista social para o CadÚnico através de uma estrutura de ambiente privativo.</p> <p>3. Ampliar o número de vagas disponibilizadas para inserção dos usuários no CadÚnico, diminuindo o tempo de espera para o atendimento.</p>	<p>de aumentar o número de usuários atendidos.</p>	<p>CRAS para melhor operacionalizar o BPC Idoso/Pessoa com deficiência.</p> <p>2. Humanizar o atendimento padrão ao Idoso e à Pessoa com deficiência nos aplicativos, Internet e telefone, com a proposta de atendimento presencial para estes usuários.</p>
---	--	--	--

2.7.2. Moções

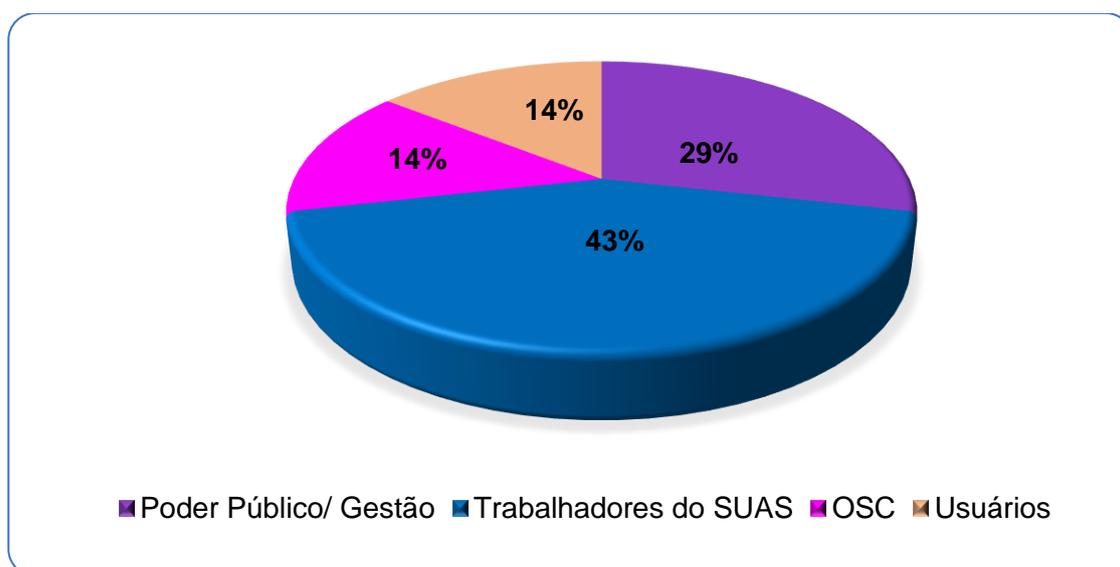
O quadro abaixo apresenta a moção votada em plenária final, com o número de assinaturas à frente.

Moções de Repúdio		
01	Ausência de diálogo da gestão do poder público com o território na implantação dos serviços.	22

2.7.3 Delegados Eleitos

Durante os grupos de trabalho era passada uma lista de intenção para delegados por segmento, para a qual os conferencistas podiam assinar e manifestar seu desejo de ser eleito para a Conferência Municipal. Os candidatos eram eleitos na Plenária Final e aclamados delegados pelo conjunto dos conferencistas presentes. Os delegados eleitos faziam sua inscrição online, através de formulário específico ou preenchiam o referido instrumental de forma manual.

Número de delegados/as eleitos por segmento definido em plenária:				
Usuários	Trabalhadores do SUAS	OSC/Gestão	Poder Público/ Gestão	TOTAL
01	03	01	02	07



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar ao final deste relatório o processo da Conferência Regional de Assistência Social que mobilizou territorialmente a população usuária do SUAS, bem como trabalhadores e representantes de Organizações da Sociedade Civil e Poder Público. Esta retomada, após um processo pandêmico que se viveu no país e no mundo, fez com que, para além do encontro presencial, todos e todas pudessem discutir os caminhos da Política de Assistência Social e de seu Sistema Único – SUAS.

A Política de Assistência Social, assim como as demais Políticas Públicas de garantia de direitos, que foram amplamente discutidas a partir da Constituição Federal de 1988 foi negligenciada nos últimos seis anos, com ataques destrutivos na concepção da Assistência Social como direito de cidadania e como política integrante da Seguridade Social.

Vários foram os obstáculos, como a ampliação da implantação de serviços da estrutura do SUAS, da participação e controle social, descontinuidade de financiamento no âmbito das Proteções Básica e Especial, repercutindo assim na atenção à população mais vulnerabilizada.

Neste momento conferencial da cidade de São Paulo rompe com descaso e chama para o planejamento da Política de Assistência Social, para o controle social com participação efetiva da população, com a necessidade de financiamento continuado e necessidade de retomada da qualificação dos profissionais e conselheiros do SUAS.

A temática **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos!”**, e seus **Eixos Temáticos** nos chamou para o debate, com ponto de exclamação, gritando para todos os lados, “que SUAS é esse que queremos!!!”. Oportunizou uma discussão abrangente, capaz de acolher todas as questões que afetam o SUAS territorialmente e sua capacidade de garantir proteção como responsabilidade pública no município.